

## Repositório ISCTE-IUL

---

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2019-02-08

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Lima, A. P. (2018). In the past the future used to be much brighter: embodied austerity in Portugal. In Miriam grossi [et al.] (Ed.), 18.º Congresso Mundial IUAES: world (of) encounters: the past, present and future of Anthropological knowledge. (pp. 596-601). Florianopolis: Tribo da Ilha.

Further information on publisher's website:

[https://www.pt.iaaes2018.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=766](https://www.pt.iaaes2018.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=766)

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Lima, A. P. (2018). In the past the future used to be much brighter: embodied austerity in Portugal. In Miriam grossi [et al.] (Ed.), 18.º Congresso Mundial IUAES: world (of) encounters: the past, present and future of Anthropological knowledge. (pp. 596-601). Florianopolis: Tribo da Ilha.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

---

### Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

---

## **“IN THE PAST THE FUTURE USED TO BE MUCH BRIGHTER”: EMBODIED AUSTERITY IN PORTUGAL**

*Antónia Pedrosa de Lima*

*CRIA / ISCTE-IUL*

### *Abstract*

Recent trends have put conflicts around human rights in the centre of anthropological theoretical challenges. Human rights, for its close association with universalism, constitutes a challenge to anthropological approaches due to their intrinsic intellectual commitment to relativism. In a world of blurred frontiers, however, this imperative to understand the local in its own terms may come at odds with another fundamental commitment of a moral nature – the endorsement of “human rights” in its universality. This constitutes what may be called “the moral dilemma of relativism”. This panel approaches relations between suffering, morality, and human rights. It aims to contribute to the discussion of relativism and morality through the discussion of the interlinkage between macrolevel phenomena, such as state economic policies, mainstream medical discourses and political processes of social rights reductions, and the production of particular forms of suffering. It is composed of three papers which intend to contribute, through data from specific ethnographic contexts, to the deepening of understanding of this paradox and its consequences for anthropological theory. The papers deal with: a) austerity policies, personhood and the management of crisis; b) “obstetric violence”, “the humanization of birth” and the ambiguities of the status of medical discourses; c) the process of social rights reduction, and the increase of intolerance and violence into the gender and sexuality fields.

Keywords: human right; suffering; morality

Entre 2011 e 2015 Portugal viveu um momento de profunda crise social e económica. Depois de 3 décadas de crescimento económico e melhorias sociais significativas em todos os principais indicadores (educação, saúde, condições de vida) o governo aplicou - em conjunto com o FMI, o Banco Central Europeu e a União Europeia – um programa de duras medidas de austeridade para fazer face à elevada dívida soberana do país. Estas medidas tiveram um impacto severo nos modelos de reprodução social e provocaram alterações radicais no país e nas vidas dos seus cidadãos: um preocupante crescimento dos índices de desemprego<sup>1</sup>, uma diminuição dos rendimentos das famílias<sup>2</sup>; redução dos

---

<sup>1</sup> De 7,6% em 2008 o desemprego passou para 15,8%, em Janeiro de 2015; se tivermos em conta não apenas o número de desempregados mas também aqueles que já não procuram emprego temos 25.1% de desempregado no país, dos quais apenas metade recebe algum apoio social

<sup>2</sup> 18.7% da população trabalhadora recebe um salário médio de 409 euros, abaixo do salário mínimo nacional e que, de acordo com os dados oficiais, significa viver abaixo da linha de pobreza; os salários médios decresceram para os níveis dos anos 80.

benefícios sociais<sup>3</sup>, educação<sup>4</sup> e apoios em caso de carência<sup>5</sup>, ao mesmo tempo que o custo de vida, os impostos, os níveis de emigração, os índices de pobreza e de desigualdades salariais e sociais aumentam assustadoramente. Este programa foi acompanhado de uma narrativa de que estas medidas políticas e económicas eram necessárias para salvar o país da bancarrota e procurava justificar e legitimar o sofrimento infligido aos cidadãos no esforço de contribuir para o bem comum. A perda de direitos sociais e rendimentos e o sofrimento que isso implicava era apresentado como uma necessidade: um imperativo nacional. Com frequência o primeiro ministro respondia às manifestações públicas de contestação dizendo que “os portugueses tinham de parar de se queixar” e aguentar os sacrifícios pelo país.

Esta apresentação procura construir uma análise que articule as dimensões políticas (macro) e as dimensões experienciais (micro), mostrando como as transformações nesta conjuntura socioeconómica criaram ruturas com formas de vida, e convocam diferentes moralidades nas tentativas de constituição de formas de sobrevivência que permitam fazer face à situação de crise e que se constituem através de vivências profundamente sofridas. Analisar a constituição desses processos de sofrimento e as tentativas de viver com eles, e apesar deles, e de os superar, constitui, do meu ponto de vista uma porta de entrada para a melhor compreensão dos processos pessoais e sociais que se convocam para fazer face à situação de crise que se viveu em Portugal.

Penso que não podemos perceber as consequências da aplicação das medidas económicas de ajustamento sem analisar os processos sociais, culturais e historicamente inscritos através dos quais as pessoas lidam nas suas vidas quotidianas com os acontecimentos económicos e políticos. Na verdade, a crise que se vive em Portugal é uma série de eventos e processos que perpassam todas as dimensões do contexto social, histórico, económico e político pelo que as suas consequências devem ser entendidas através das lentes das alterações nas formas de relacionamento entre as pessoas e não apenas através das costumeiras análises económicas e políticas. O sofrimento pelo colapso da vida tal como até então era vivida, a instabilidade causada pela incerteza do quotidiano, os frequentes sentimentos de falhanço pessoal das pessoas que perdem o seu emprego porque a empresa vai à falência, revelam bem como as consequências da crise económica, são frequentemente sentidas como uma crise pessoal.

Uma nota antes de continuar. O amplo impacto desta crise faz com que os seus efeitos deixem de ser exclusivamente nas franjas mais pobres da sociedade portuguesa.

Uma das dimensões que quero discutir aqui hoje é a forma como as políticas austeritárias têm impactos nos quotidianos das pessoas, nas suas vidas vividas, mas também

---

<sup>3</sup> Cortes no acesso à saúde diminuição de pessoal médico e de enfermagem, encerramento de hospitais, introdução do pagamento de taxas no serviço nacional de saúde, redução da comparticipação estatal de medicamentos

<sup>4</sup> Redução de apoios a famílias carenciadas, aumento de taxas, redução de professores, encerramento de escolas.

<sup>5</sup> Redução do rendimento mínimo garantido, dos apoios às famílias e aos desempregados.

nos seus corpos, nas maneiras como se pensam como pessoas, mas mostrando também como esses processos têm género e são corporalizados.

A pesquisa mostrou com abundância evidências empíricas de uma relação causal clara entre os projectos austeritários e o aumento dos padrões de mortalidade, das doenças infecciosas, das patologias mentais (e.g. depressão; stress; pânico, etc) em largas franjas da população. Vários relatórios nacionais e internacionais mostram a extensão com que as medidas de austeridade promoveram o aumento de situações de privação de comida, acidentes de trabalho, falta de dinheiro para comprar medicamentos e recorrer a serviços de saúde quando necessário.

Usemos um exemplo para seguirem melhor o meu argumento.

Em 2011 Maria (42) perdeu o seu emprego como secretária num escritório de advogados. Separada e com duas filhas a seu cargo passou momentos de grande dificuldade. Recebia apenas 285 euros de subsidio de desemprego, o marido não lhe dava nada pois estava também desempregado. Pagava 400 euros de renda de casa e, portanto, rapidamente a acumulação de dívidas se tornou insustentável.

Conseguiu um trabalho em casa de uma família conhecida de uma amiga onde fazia limpezas e cuidava de uma senhora idosa. Aceitar fazer este trabalho foi complicado, mas não teve outro remédio, dizia-me., pois tinha de sustentar as filhas e pagar as contas. Não tinha contrato neste trabalho (entre as 4 e as 8) pelo qual recebia apenas 300 euros mas que conseguia acumular com o subsidio de desemprego.

Maria nunca tinha tido este tipo de trabalho, mas viu-se na contingência de o aceitar como parte da sua luta para manter a sua família e a sua casa, assumindo uma espécie de contradição entre o sentimento de não fazerem o suficiente para cuidar, proteger e alimentar os membros da sua família e o sentimento de exaustão por irem para além dos limites físicos do seu corpo para assegurar o bem estar da família.

Apesar de acumular os dois rendimentos, o que ganhava continuava a não ser suficiente para pagar todas as despesas pelo que decidiu recorrer ao Banco Alimentar para assegurar a alimentar da família. Esta decisão foi fundamental para a sobrevivência da família, mas foi tomada com um grande sofrimento por parte de Maria que descreve como um sentimento de humilhação pessoal que sentia tanto física como psicologicamente. Conta como sentia ter o seu corpo e os seus movimentos sob vigilância permanente. Nas entrevistas para solicitar o apoio de que necessitava era necessário humilhar-se prementemente mostrando e redemonstrando que nada possuía de forma a receber apoio alimentar. “sentia que vendia a minha humilhação por um pão” dizia com lágrimas nos olhos. Se fosse com um vestidinho melhor reparavam e perguntavam como o tinha conseguido. “parecia que queriam ver a pobreza no meu

corpo. Como se pobre não pudesse andar arrumado e bonito.” Para além disso os técnicos da segurança social e da Caritas iam regularmente à sua casa para avaliar o seu nível de pobreza e de privação. Maria ficou revoltada e doente com a situação e a humilhação. Mas, não aceitar poderia significar perder o subsidio de desemprego e o apoio do banco alimentar. “Foi nesse dia que tive o meu primeiro ataque de pânico e de asma. Já andava tão mal há tanto tempo. Exausta com o trabalho das limpezas e de cuidar da velhinha, deprimida e desesperada, a médica de família já me tinha receitado remédios para a depressão, mas eu nunca comprei porque eram muito caros. Acabei no hospital pensando que morria. Deram-me umas coisas e dormi quase dois dias.”

Em 2012 Maria começou a trabalhar no refeitório da Cáritas, em resultado de uma proposta de uma das senhoras que fazia o acompanhamento do seu processo. Trabalhava das 8 da manhã até às 3 da tarde, mas manteve os seus trabalhos como faxineira e cuidadora entre as 4 e as 9. Maria fala frequentemente sobre os seus sentimentos de exaustão física e emocional e de como esta vida não era sentida com vida. Era só um esforço constante para arranjar meios de sobrevivência para si e para a sua família. ‘Saio de casa de noite e volto para casa de noite. Agora ganho melhor, mas estou sempre exausta.’ No refeitório o trabalho é sempre feito de pé, cortando legumes durante horas, levando pesados alguidares e panelas de um lado para o outro, usando produtos de limpeza muito agressivos e que lhe fazem muito mal à pele: mostra as varizes das pernas e as mãos e os braços com queimaduras e diz “estas são as marcas dos 470 euros que recebo por mês.”

Maria conta que começou a perceber os limites das suas capacidades físicas quando deixou de dormir à noite, a andar sempre irritada, agitada, cansada e sem paciência para nada, incluindo para com as suas filhas. Foi nessa altura que a médica lhe disse que tinha sintomas de depressão e lhe receitou os antidepressivos para a ajudarem a lidar com as exigências da vida quotidiana. Maria fala muitas vezes de como antes, quando tinha o seu emprego no escritório, ia de férias e viajava. Mostra fotos e diz, “está a ver? Eu tinha uma vida. Agora é só sofrimento, mas tem de ser para por comida na mesa.”

Este exemplo mostra a materialidade física das políticas económicas de austeridade expressa no corpo de Maria como no de tantas e tantos outros. As experiencias corporais da austeridade são de sofrimento, expropriação e desvalorização.

Como vemos por este testemunho, não são só as questões económicas que perturbam Maria. Está aqui presente um enorme sofrimento pessoal.

A incerteza resultante da precarização das condições laborais, e a hiper exploração dos corpos e da pessoa associada ao processo, tornou-se um elemento constitutivo do

quotidiano, afetando profundamente as condições de existência pessoal e social a ela associada (Neilson & Rossiter 2005).<sup>6</sup>

O que a história de Maria nos mostra é um enorme sofrimento provocado pelo sentimento de que perderam uma vida que vale a pena ser vivida, que a sua existência como pessoa falhou, a destruição da sua auto-estima pela perda do seu trabalho, do desempenho profissional na área em que se formaram. Os trabalhos que vão tendo podem dar-lhes dinheiro para viver ~e contribuir para o sustento das suas famílias, mas não lhes dão a sua realização como pessoas. O sentimento de falhanço no cumprimento das expectativas que tinham para si mesmos e para as suas vidas é-lhes insuportável. Os valores e as lógicas que agora se convocam para as tomadas de decisões de gestão do quotidiano mudam abruptamente.

“todos os dias eu tinha de decidir o que era mais importante, ter comida na mesa ou pagar a renda da casa, ou água ou a luz. É um sofrimento permanente saber que não tens comida para dar aos teus filhos no dia seguinte. Que eles estão doentes porque não tens dinheiro para ligar o aquecimento no inverno.”

Os efeitos da crise económica na classe média criaram na verdade uma transformação ontológica onde a experiência de um processo de destituição material está associada a formas de destituição dos valores que nos tornam pessoa que implicam mudanças profundas nas suas perceções enquanto pessoas e que trazem consigo formas violentas de sofrimento físico e psíquico. O ‘imperativo para ganhar a vida’ para assegurar as necessidades básicas de sobrevivência em grupos sociais onde isso não era há muito uma prioridade assume-se como o eixo central do quotidiano e isso é experienciado como uma destruição da pessoa que eram.

Uma ilustração particularmente dramática deste desespero de não conseguir dinheiro para viver, para pagar as contas foi-me recentemente contado por uma pesquisadora que trabalha sobre as dívidas no pagamento dos empréstimos das casas. A pergunta mais frequentemente feita é “se eu morrer o seguro cobre tudo e a casa fica paga e fica para a minha família?”

Queria finalizar chamando a atenção para uma outra questão: os efeitos das políticas de austeridade, têm género. Eles não são iguais para homens e mulheres. Os corpos das mulheres, de que Maria é um exemplo, são um local privilegiado

<sup>6</sup> Judith Butler, em *Precarious Life* (2004), confronta o que chama de precariousness (que deve ser distinto de precariedade entendida no sentido do mercado de trabalho). Para Butler, precariousness é uma categoria ontológica e existencial que descreve a fragilidade da existência humana comum, distribuída de forma não equitativa. A chave do argumento de Butler é o reconhecimento de que precariousness envolve não apenas uma extrapolação da compreensão da precariedade e da nossa vida precária mas também a compreensão da vida precária do Outro e da sua precariedade. O ênfase dela é na relacionalidade das vidas humanas, não apenas como uma questão política mas também como base de dependência de teorização e ética de responsabilidade

para percebermos a sobrevivência material e as contradições morais da reprodução doméstica nestes tempos de austeridade. Durante a conjuntura austeritária muitas mulheres voltaram a assumir papéis sociais historicamente incorporados que as remetiam para tarefas associadas à casa e às tarefas de cuidado da família. As políticas de austeridade parecem ter conduzido a um processo de refamiliarização do cuidado e do bem-estar da casa para ultrapassar a ausência do estado social.

Em conclusão encontramos cada vez mais evidências do aumento da importância dos recursos corporais e de conhecimentos das mulheres para a sobrevivência das casas estão envolvidas em múltiplas contradições.

**[ VOLTA AO SUMÁRIO ]**